

A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC/LOAS) PARA PESSOAS COM TEA: DESAFIOS JURÍDICOS E SOCIAIS NO ACESSO À PROTEÇÃO ASSISTENCIAL

Carlos José de Castro¹; Eden Gattas Lyra²; Elias José de Almeida³; Esther da Silva Corrêa⁴; Giovanna Garcia Novaes de Souza⁵; Marcelo Lannes Santucci⁶; Quézia Carolina Ribeiro Gouvea⁷; Sérgio de Moraes Antunes⁸.

1. Docente e Orientador, Universidade Iguazu; 2. Docente e Orientador, Universidade Iguazu; 3. Docente e Orientador, Universidade Iguazu; 4. Graduanda em Direito, Universidade Iguazu; 5. Graduanda em Direito, Universidade Iguazu; 6. Docente e Orientador, Universidade Iguazu; 7. Graduanda em Direito, Universidade Iguazu; 8. Docente e Orientador, Universidade Iguazu.

E-mail do autor principal: qgouvea@gmail.com

Introdução e/ou Fundamento: O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui um dos principais instrumentos de proteção social previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, garantindo o pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas idosas ou com deficiência que não possuam meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. No âmbito das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, o reconhecimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) como deficiência para todos os efeitos legais pela Lei Berenice Piana representou importante avanço na garantia de direitos e no acesso a políticas de inclusão social. Apesar desses avanços normativos, ainda persistem desafios relevantes para a efetiva concessão do benefício, especialmente no âmbito administrativo. **Objetivo:** Analisar os principais desafios jurídicos e sociais relacionados à concessão do BPC para pessoas com TEA, identificando barreiras na aplicação prática da legislação assistencial e discutindo possíveis caminhos para ampliação do acesso ao benefício. **Material e Métodos:** O estudo adotou abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas obras de doutrina jurídica, legislação pertinente e decisões judiciais relacionadas à concessão do BPC, além de estudos acadêmicos sobre políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência e ao TEA. **Resultados:** A análise evidenciou que, embora o ordenamento jurídico brasileiro reconheça o TEA como deficiência para fins legais, diversos obstáculos ainda dificultam o acesso efetivo ao benefício assistencial. Entre os principais desafios identificados destacam-se o critério de renda familiar per capita previsto na legislação, frequentemente considerado restritivo diante da realidade socioeconômica de muitas famílias, além de limitações nas avaliações médicas e sociais realizadas no processo administrativo, o que contribui para indeferimentos recorrentes e aumento da judicialização das demandas relacionadas ao BPC. **Conclusões:** Conclui-se que o Benefício de Prestação Continuada desempenha papel fundamental na promoção da proteção social e da dignidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Contudo, critérios socioeconômicos restritivos e limitações nas avaliações administrativas ainda representam obstáculos relevantes ao acesso ao benefício, evidenciando a necessidade de aprimoramento das avaliações biopsicossociais e de interpretações mais amplas da vulnerabilidade social, a fim de ampliar a efetividade das políticas públicas assistenciais.

Palavras-chave: Benefício de Prestação Continuada; Transtorno do Espectro Autista; Assistência social; Direitos sociais.